

Empréstimo Dívida Ext ponte para o Brasil

GAZETA MERCANTIL

14 JAN 1988

por Paulo Sotero
de Washington

Sob intensa pressão dos credores privados e do governo dos Estados Unidos para pagar os juros da dívida de médio e longo prazo que começaram a vencer no último dia 1º, o governo brasileiro começou a explorar a montagem de um empréstimo-ponte que permita ao País começar, o mais breve possível, a normalizar os pagamentos.

O embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, discutiu o assunto com o secretário-adjunto do Tesouro para Assuntos Internacionais, David Mulford, pouco depois de retornar de uma viagem ao Brasil, na última terça-feira.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, reuniu-se, por sua vez, com Gerald Corrigan, presidente do Federal Reserve Bank of New York, logo de-



Fernando Milliet

pois de seu primeiro encontro com o comitê de bancos, no mesmo dia. Milliet deverá vir pessoalmente a Washington, antes do fim de semana, para continuar as discussões com as autoridades norte-americanas.

Ainda não está definido o formato do empréstimo. Na reunião que Milliet teve ontem com o comitê de bancos, em Nova York, foi discutido um esquema provisório para o qual o Brasil entraria com um terço dos recursos, os bancos com outro terço e os bancos centrais dos países credores da dívida oficial brasileira contribuiriam com o outro terço. De acordo com uma fonte oficial brasileira, o clima da reunião de ontem "melhorou muito em relação ao encontro da segunda-feira, que foi muito envenenado". Os bancos mudaram de atitude, segundo a fonte, "depois de ouvirem, de quem está em posição de falar, uma comunicação a respeito da decisão brasileira de não retomar o pagamento dos juros antes de ter o acordo de médio prazo da dívida acertado com os bancos". Pelas indicações disponíveis, a comunicação teria partido de Corrigan.

Se se confirmar, a entrada dos credores oficiais num novo esquema de financiamento provisório do Brasil justificaria a interpretação adotada pelo governo brasileiro sobre a cláusula do entendimento preliminar de novembro. O governo brasileiro comprometeu-se a manter os pagamentos de juros correntes em 1988 desde que houvesse "cooperação" das demais fontes de financiamento do País, inclusive as oficiais. A normalização completa só se daria com a efetivação do acordo definitivo de reescalonamento da dívida, que agora se busca.

A participação dos credores oficiais no novo esquema não está garantida. Está apenas sendo considerada. Uma fonte do governo norte-americano classificou a ideia de "abstrata". Mas evitou negá-la. O fato de que as conversações continuam deve ser tomado como um sinal de que as partes acham que há o que discutir, indicou a fonte. A busca de uma forma que permita ao Brasil normalizar os pagamentos de juros no mais breve prazo parece ser, de fato, do interesse de todos. O colapso das negociações levaria o governo norte-americano a reclassificar os ativos brasileiros dos bancos norte-americanos, aprofundando uma crise que todos pretendem, se não resolver no futuro imediato, evitar que ela se agrave no momento em que os mercados financeiros são regidos pelo signo da instabilidade e já pairam fortes interrogações sobre o rumo das negociações da Argentina e mesmo do México.

A duração do dispositivo provisório de financiamento não está determinada, mas a ideia inicial do governo brasileiro é a de que

(Continua na página 17)

Empréstimo ponte para o Brasil

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

ele valeria até a entrada em vigor no novo acordo de reescalonamento da dívida, o que só ocorrerá em julho. Em relação aos termos do novo acordo, o governo brasileiro parece ter feito, ontem, sua primeira concessão substantiva: informou aos credores que quer que o acerto inclua pelo menos o primeiro semestre de 1989, para dar ao País uma janela de pelo menos um ano após a sua entrada em vigor. Em sua proposta inicial, baseada numa projeção de crescimento do PIB de 6% (que já foi reduzida a quase metade pelo novo ministro da Fazenda), o Brasil pedirá um empréstimo de US\$ 3,7 bilhões para 1988 e de US\$ 4,4 bilhões para 1989.

O que se procura, segundo a fonte, é armar um esquema provisório de financiamento para os primeiros meses de 1988 que os dois lados já sabiam ser necessário quando, num primeiro momento, fixaram no entendimento preliminar o dia 31 de dezembro de 1987 como a data em que teríamos um acordo definitivo de renegociação da dívida. Essa data foi, depois, transferida para o dia 15 de janeiro e, caso as negociações não sofram um curto-circuito, será estendida até o próximo dia 29.

Muitos dos 114 bancos credores que entraram no empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões, que já começou a ser desembolsado, deverão oferecer grande resistência a participar de um novo financiamento provisório para o Brasil, disseram fontes financeiras a este jornal. "As alternativas que existem para que o Brasil retome o pagamento de juros de 1988 parecem ser apenas duas: a primeira é que o governo brasileiro negocie um empréstimo-ponte com Washington, a segunda é que passe a pagar com suas próprias reservas", dissera uma fonte do comitê a este jornal, antes da reunião de ontem com Milliet.

A possibilidade de os próprios bancos fazerem um novo empréstimo-ponte ao Brasil foi mencionada, como especulação, por alguns membros do comitê, na última terça-feira, antes de eles iniciarem a sua primeira reunião com o presidente do Banco Central, que chegou uma hora e meia atrasado para o encontro. "A idéia foi muito mal recebida", disse um banqueiro.

A julgar pelo clima que dominou a primeira reunião, o Brasil terá de contar com toda a ajuda que puder conseguir, do governo norte-americano e dos demais países mais industrializados, para fazer os bancos mudarem de posição, o que é uma possibilidade remota. "Foi a pior reunião de todas que já participei", disse um executivo de banco que há dois

anos integra os encontros do comitê com os representantes do governo brasileiro.

Não apenas Milliet chegou atrasado e deixou todo mundo esperando das 14h30 às 16 horas, como fez uma explanação de meia hora em que praticamente não apresentou nenhuma novidade na posição brasileira, em relação à proposta de negociação anterior. E, no final, disse que só tinha dez minutos para responder a perguntas, pois tinha outro compromisso. "Essas conversas começaram com o pé esquerdo", acrescentou. "As concessões que ele trouxe, de mudar o esquema de conversão da dívida e de manter negociações paralelas com os bancos e os credores oficiais, ficaram muito longe de compensar os efeitos negativos da decisão brasileira de não manter correntes os juros de 1988, como havia prometido", afirmou o banqueiro.

Fazer declarações pessimistas e prever o caos, caso o devedor não faça concessões, faz parte do ritual de qualquer início de negociação. Desta vez, contudo, às críticas dos banqueiros passaram muito além dos limites da normalidade e chegaram a assumir até um tom pessoal. Queixando-se do não pagamento de juros de 1988, o representante da Union de Banques Suisses no comitê disse ao presidente do BC, a certa altura, que o fato de ele ter chegado atrasado era sintomático do comportamento de um governo incapaz de manter sua palavra.

Diante desse tipo de crítica, Milliet afirmou que o fato de os bancos que entraram no empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões terem considerado como certo que o Brasil voltaria automaticamente a pagar os juros da dívida de 1988 a partir de 1º de janeiro era fruto de um "mal-entendido". Essa observação gerou críticas ainda mais duras por parte dos credores. "Você não pode dizer isso porque você foi parte da negociação do acordo prévio", teria respondido um banqueiro a Milliet, segundo uma das pessoas presentes na reunião. "O presidente do BC não pode alegar ignorância", disse a fonte, referindo-se ao compromisso de voltar a pagar juros em 1988 que, na interpretação dos bancos, o Brasil assumiu por escrito no acordo preliminar de novembro.

Depois que Milliet deixou a reunião, os representantes dos bancos continuaram a conversar entre si durante cerca de meia hora. Durante a conversa, alguns expressaram dúvidas de que suas organizações teriam interesse em continuar as negociações. Fontes dos próprios bancos previram que, apesar de todas as dificuldades, os credores permaneceriam na mesa de negociações.